

# PATRIMÔNIO E FORMA URBANA

## Uma análise prévia sobre Patrimônio Industrial em Anápolis/GO

*HERITAGE AND URBAN FORM*  
*A preliminary analysis of Industrial Heritage in Anápolis/GO*

**Wilton Araujo de Medeiros<sup>1</sup> e Lucas Gabriel Corrêa Vargas<sup>2</sup>**

### Resumo

O vínculo de Anápolis à ideologia do progresso levou-a a receber o epíteto de “Manchester do Oeste”. O seu patrimônio industrial expressa sua identidade histórica, e para uma análise prévia sobre esse patrimônio, há necessidade da amplitude que o conceito exige. Aplicamos um método que o caracterize não por suas excepcionalidades, mas por sua materialização nas paisagens urbanas, visando não apenas preservar alguns de seus elementos, mas também ressignificar como se constituem, caracterizando ontologicamente no todo urbano em “períodos morfológicos”.

Palavras-chave: patrimônio industrial, Anápolis, forma urbana.

### Abstract

*Anápolis's connection to the ideology of progress led it to receive the epithet of “Manchester of the West”. Its industrial heritage expresses its historical identity, and for a preliminary analysis of this heritage, there is a need for the breadth that the concept demands. We apply a method that characterizes it not by its exceptionalities, but by its materialization in urban landscapes, aiming not only to preserve some of its elements, but also to resignify how they are constituted, characterizing ontologically the urban whole in “morphological periods”.*

*Keywords: industrial heritage, Anápolis, urban form.*

### Introdução

O presente texto é decorrente de uma pesquisa bibliográfica<sup>3</sup>, a partir da qual se delineou uma análise prévia sobre o patrimônio industrial de Anápolis. Nesta pesquisa, observou-se que o conceito de patrimônio industrial ainda não está claramente delineado nos autores pesquisados. Sendo que uma das razões para isso é devido a amplitude e abrangência de escala e contexto que exige o conceito de patrimônio industrial, envolvendo múltiplos fatores e valores.

O vínculo de Anápolis à ideologia do progresso levou-a a receber o epíteto de “Manchester do Oeste”. O seu patrimônio industrial expressa sua identidade histórica, e para uma análise prévia sobre esse patrimônio, há necessidade da amplitude que o conceito exige. Aplicamos um método que o caracterize não por suas excepcionalidades, mas por sua materialização nas paisagens urbanas, visando não apenas preservar alguns de seus elementos, mas também ressignificar como se constituem, caracterizando ontologicamente no todo urbano em “períodos morfológicos”.

Por isso, decidiu-se tecer contributos para uma análise sobre o patrimônio industrial de Anápolis, traçando estratégias metodológicas e epistemológicas<sup>4</sup>, a partir das análises sobre as materializações das mudanças e dinamizações urbanas. Entendemos que discorrendo sobre as morfogêneses (Conzen, 2009) dos entrelaçamentos entre o comercial e o industrial e como estes conformam a forma urbana e a paisagem, delineamos a primeira estratégia.

Em sequência, observamos que na medida em que no processo de urbanização esse entrelaçamento resulta em formas urbanas contingentes, o conhecimento sobre o modo como se deu essa contingencialidade delineia a segunda estratégia. Pois distinguindo-se a contingência temporal da alética (metafísica), podemos identificar a convergência necessária entre ambas, para se obter a “distinção ontológica”, esta indispensável para o conhecimento da materialidade urbana e patrimonial.

A preocupação com a “distinção ontológica” dos objetos patrimoniais, foi observada por Gonçalves (2007), que identificou a necessidade de delimitar limites diante de intensos processos de patrimonialização, em que a universalidade do conceito mais os distancia de sua materialidade, tornando-os praticamente metafísicos. Isso é denominado por Choay (2001, p.239) como “inflação patrimonial”.

Como mostra Zerbeto (2007) a inflação patrimonial é associada em grande medida à voracidade da indústria cultural, que trata os objetos patrimoniais como “tesouros” recém descobertos, ou até mesmo ‘fabricados’ por ela” (Zerbeto, 2007), e que precisam ser disseminados. Com isso, esses patrimônios tornam-se indistintos ontologicamente, distantes, portanto, de sua materialidade original.

Sendo assim, entendemos que discorrendo sobre as materializações das mudanças e dinamizações urbanas, e identificando as morfogêneses (Conzen, 2009) dos entrelaçamentos contingentes entre o comercial e o industrial, delineamos ao mesmo tempo a convergência ontológica necessária ao objeto patrimonial, e a amplitude exigida ao conceito de patrimônio industrial.

<sup>3</sup> Pesquisa em processo intitulada *Imaginabilidade e mutação: urbanização tradicional e contemporânea em Anápolis (GO)*. Universidade Estadual de Goiás, Campus Central – Anápolis.

<sup>4</sup> Na filosofia, o plano da contingência pertence a esfera do *kairós*, sendo que o *kairós* não é pertencente à ordem da *epistémē* e sim à ordem da *dóxa*, ou senso comum. Portanto, o que chamamos de “estratégia epistemológica” não se refere à episteme filosófica e sim à produção de conhecimento acerca do objeto patrimonial.

<sup>1</sup> Doutor em história (UFG). Professor efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil. wilton@ueg.br

<sup>2</sup> Mestre em Projeto e Cidade, Universidade Federal de Goiás. Professor efetivo no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás, Brasil. lucascvargas@ueg.br

Portanto, o presente texto estabelece fundamentos metodológicos e epistemológicos para o estudo do patrimônio industrial de Anápolis (GO), partindo da premissa de que o patrimônio, enquanto categoria universal (Gonçalves, 2007), exige qualificação histórico-cultural. Adota-se uma perspectiva ontológica ancorada na contingência histórica (Cox, 2000). Objetiva-se decifrar, através dos rastros patrimoniais, uma síntese para o contingente, identificando nas morfogêneses urbanas as temporalidades que definem sua ontologia.

### Para uma análise sobre o patrimônio industrial de Anápolis: estratégias metodológicas e epistemológicas

O conceito de patrimônio industrial na Europa é muito claro, tendo surgido no período após a Segunda Guerra Mundial e desativação de muitas indústrias, em decorrência da desindustrialização. Assim há um reconhecimento patrimonial, cujas políticas de preservação contemplam a amplitude e abrangência de escalas e contextos envolvidos como vestígios e testemunhos de atividade industrial (Rosa, 2011).

Diferentemente do contexto europeu, como diz Meneguello (2005) no Brasil o patrimônio industrial não possui o *glamour* de um antigo teatro ou um casarão de um barão do café. Ou seja, os vestígios industriais no Brasil não são considerados de uso cultural ou social relevante. Isso se explica porque a velocidade do crescimento das cidades insere “vorazmente” os vestígios industriais em meio à trama urbana como coisas comuns.

Em Anápolis, essa dificuldade com o conceito de patrimônio industrial também se replica, tendo sido encontrado somente no trabalho recente de Calaça Junior (2023). Os demais trabalhos com a temática patrimônio, seguem a historiografia local que associa a história urbana à ideologia do progresso (Borges, 1990; Polonial, 1995; Mendonça, 2004; Silva, 2005; Kossa, 2006; Silva, 2010; Silva, 2015; Vargas, 2015; Fernandes, 2019; Silva, 2019; 2020).

Em sua análise do patrimônio industrial de Anápolis, Calaça Junior (2023) destaca que uma de suas principais características é a vinculação à ideologia do progresso. Essa associação se materializou de diversas formas na paisagem e nos ambientes construídos, sendo especialmente perceptível como uma ‘unidade da paisagem’ no bairro Vila Industrial, atrelada ao processo de industrialização.

Esse patrimônio engloba diversos equipamentos, como a estação ferroviária Central, inaugurada em 7 de setembro de 1935 – ver Figuras 1:

O funcionamento do transporte ferroviário, a partir de 1935, foi fundamental para a integração da cidade e da região com o restante do país, contribuindo fortemente para a expansão de indústrias de beneficiamento de grãos, cereais e olarias. No estudo sobre a era ferroviária de Anápolis, Vargas (2015) utilizou metodologia qualitativa para analisar a estação ferroviária como patrimônio cultural do município, e representação social do progresso.

Como retratam as Figuras 1, na inauguração da estação ferroviária foi feita uma grande festa, uma representação social<sup>5</sup> do que materializava os imaginários locais

5 Conforme Moscovici (1978, pp. 41-42), “para o chamado homem moderno, a representação social constitui uma das vias de apreensão do mundo concreto. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano”. Então, a representação social está no senso-comum, sua observação e análise podem ser feitas por exemplo em



de prosperidade e transformação urbana, por meio do progresso. Como parte desses imaginários, a cidade era conhecida por apelidos como Ribeirão Preto Goiano e Manchester Goiana (Machado, 2009; Polonial, 1995), associando a imagem de progresso à imagem de uma cidade industrial.

Por outro lado, Calaça Junior (2022); Vargas e Mello (2014) e Vargas (2016), mostram que inúmeras edificações em estilo colonial do século XIX, foram sendo demolidas para serem construídas edificações ecléticas, e posteriormente as edificações em estilo eclético demolidas para construções em Art Déco. Ou seja, o imaginário de modernização e progresso também materializava novas edificações que substituíam as antigas, sendo do mesmo modo que a estação ferroviária, expressões concretas de representações sociais.

Contudo, mesmo que consideremos como diz Freitas (2020), que os estilos do século XX eram símbolos de um “novo” país urbano-industrial, entendemos que somente a análise qualitativa desse palimpsesto<sup>6</sup> que foi se formando ainda seria insuficiente para identificação do patrimônio industrial em Anápolis.

Diante disso, reconhece-se que, embora contribua para a compreensão da história urbana, tal abordagem revela-se insuficiente para uma epistemologia do patrimônio industrial local. Isso porque a identificação e interpretação dos vestígios e testemunhos da atividade industrial demandam uma análise mais abrangente, que considere diferentes escalas, contextos e as múltiplas camadas do palimpsesto urbano em sua complexidade histórica.

Portanto, o que se ressalta no presente texto, é que, as representações sociais e o imaginário também formaram materialidades urbanas mais amplas, e, sendo objetivadas na tecitura urbana, são apreensíveis mediante a reconstituição de seus processos formativos. Tal perspectiva exige compreender o imaginário de progresso e modernização resultante na “concreção histórica”, plasmando a herança fabril.

Para isso, no caso de Anápolis, definiu-se duas estratégias: o estudo da forma urbana –metodológica –, e a análise das contingências histórica – epistemológica –. A convergência entre ambas, seria a maneira de convergir para os “contextos de origem”,

levantamento fotográfico, observando-se contexto onde se desenvolvem as práticas sociais (Costa, 2006).

6 A palavra palimpsesto é oriunda do grego antigo *palimpsestos*, “aquilo que se raspa para escrever de novo”. Refere-se metaforicamente à cidade como espaço onde camadas de histórias e significados são acumulados, as transformações se sobrepõem alterando a paisagem, mas também preservam alguns vestígios do passado. É como um manuscrito que foi escrito e reescrito, com as camadas anteriores ainda visíveis sob as novas.





Figuras 2 - fachadas de diversos edifícios construídos em estilo Art déco, durante as décadas de 1930 e 1950. Fonte: Museu histórico "Aldérico Borges de Carvalho". Acervo Iconográfico, digitalizado.

ou os seus “fundamentos ontológicos”. Para Gonçalves (2007, p.239), o delineamento dessa fundamentação ontológica<sup>7</sup> torna-se essencial, na medida em que vem ocorrendo um ininterrupto inflacionamento da categoria patrimônio na contemporaneidade.

Para a compreensão dessa convergência entre forma urbana e contingências históricas, faz-se fundamentalmente necessário somar-se ao período posterior à inauguração da estação ferroviária e início de funcionamento da estrada de ferro, os períodos anteriores à trajetória industrializante na cidade. Vemos que nesse recorte histórico temos registros na forma urbana, de um todo indissociável, e por isso ontologicamente convergente à categoria patrimônio.

Somando-se os períodos anteriores e posteriores à inauguração da estação ferroviária, há camadas de épocas que foram impregnando o tempo no espaço, as quais podem se dar como apreensíveis por meio de análises de suas morfogêneses (Conzen, 2009). São camadas de um palimpsesto urbano, que foram se formando, abrangendo com isso um diversificado conjunto de bens materiais e imateriais.

Incluem-se nessas camadas, estilos arquitetônicos complementares aos galpões, antigas fábricas, estações ferroviárias secundárias – porém inclusas na cidade –, maquinários, arquivos documentais e até mesmo as memórias e saberes dos trabalhadores, que contribuíram para o crescimento econômico, e expansão urbana. Nesse caso, a inauguração da estação ferroviária passa a ser identificada como morfogênese (Conzen, 2009) de uma nova forma urbana que se estabeleceu.

<sup>7</sup> A busca por fundamentação ontológica ocorre em contextos onde há “inflação de significados”, segundo Armani (2020), Lima (2011) e Gonçalves (2007) decorrente da “virada linguística”, foi preciso uma “virada ontológica” para que não se perca os significados inerentes aos objetos, estes considerados como sendo a dimensão concreta das relações sociais.

Diante disso, a identificação das morfogêneses nos processos de expansão urbana passa a ser estratégia metodológica para uma análise sobre o patrimônio industrial em Anápolis. Haja vista que esse procedimento possibilita conhecer um conjunto amplo que se materializou em um “período morfológico” (Whitehand, 2013; Costa e Neto, 2015), e neste as características do patrimônio industrial de forma mais ampla e diversificada.

A morfogênese identifica os elementos presentes na origem da urbanização, os quais passam a influenciá-la de forma direta, demarcando um período morfológico (Whitehand, 2013, p. 48). Aplicando ao caso de Anápolis, refere-se a duas dinâmizações propulsoras de morfogêneses e períodos morfológicos oriundos de contingências históricas comerciais e industriais.

Segundo Costa e Neto (2015, p. 69) o ritmo de expansão e declínio é que fundamenta a morfogênese urbana, sendo o período morfológico um período de transformação urbana contínua, cujos aspectos relevantes da cultura estejam todos presentes. Conforme Alves Junior (2020) a urbanização de Anápolis resultou da expansão de duas frentes principais de atividades econômicas: a primeira, é resultante da circulação das mercadorias produzidas, pelo comércio atacadista e pelo comércio varejista; a segunda, do desenvolvimento de atividades industriais, de transformação de matérias primas e beneficiamento da produção agrícola.

Essas dinâmizações seriam as principais propulsoras das morfogêneses do palimpsesto urbano que veio a conformar-se na morfologia urbana, desde 1920.





### Anápolis, década de 1920: morfogênese da paisagem comercial

Concorda-se que essas duas frentes de dinamização urbana tenham sido as principais dinamizadoras dos processos formativos de Anápolis. Porque como diz Santos (2008), intensificações do comércio em uma área urbana, impõem especialização espacial, traduzindo-se em expansão do aparelho bancário, parabancário, comercial, administrativo, armazenagem e transporte.

Como iremos ver a seguir, essa “especialização espacial” em Anápolis materializou um período morfológico cuja morfogênese é a Praça James Fanstone. Esta praça estava localizada em um ponto de confluência de circulação de mercadorias. E, como identifica Luz (2009), esta dinâmica de circulação de mercadorias, apresenta-se em todo o decorrer da década de 1920 na cidade, portanto, bem antes da industrialização decorrente da estrada de ferro.

A essa fase antecedente ao período ferroviário, Vargas (2015) denominou “a cidade comercial”. Segundo o autor, essa fase de expansão urbana, ocorreu fortemente devido a migração de nordestinos, mineiros e estrangeiros (italianos, japoneses e libaneses). Sobretudo os imigrantes libaneses, foram construindo armazéns atacadistas, fornecendo mercadorias para comércios menores de cidades vizinhas, para onde eram transportadas em carros de boi. Muitos desses equipamentos urbanos foram localizados nas adjacências da Praça James Fanstone, ou nas vias que a delineavam.

Analisando as “duas cidades” – a do antes e do depois da ferrovia –, como partes de um único palimpsesto urbano, reuniu-se uma estratégia metodológica, que irá subsidiar a análise epistemológica. Assim, a compreensão da dinamização urbana anterior à construção da ferrovia na cidade, deverá também ser levado em conta, na análise sobre o patrimônio industrial, e na sua distinção ontológica. No sentido de superar as tautologias decorrentes de correlações causa-efeito, entre a ideologia do progresso e o patrimônio industrial.

Conforme Cunha (2009) e Freitas (1995), na década de 1920 houve um aumento populacional de 89,24%, com isso, a Intendência municipal loteou parte da fazenda Catingueiro, de onde teria constituído a Vila Guarani, e o Bairro homônimo à fazenda. Isto teria impulsionado outros empreendimentos imobiliários. Vargas (2015) identifica o referido loteamento as proximidades da capela do Bom Jesus, à Oeste da cidade, em traçado reticular, o qual ficou conhecido como “condomínio da Intendência Municipal”.

Portanto, a síntese do período morfológico da década de 1920, é caracterizada pelas intensificações do comércio. Identificamos a sua morfogênese na Praça James Fanstone. Localizada à Norte do Largo de Santana, era local estratégico a partir do qual interrelacionava com a estrada para Pirenópolis e Jaraguá – ver Figura 5. Assim sendo, ou em seu entorno ou pelas vias que a conformam, construiu-se prédios administrativos, comerciais, bancos, galpões de armazenagem, e até um hospital.

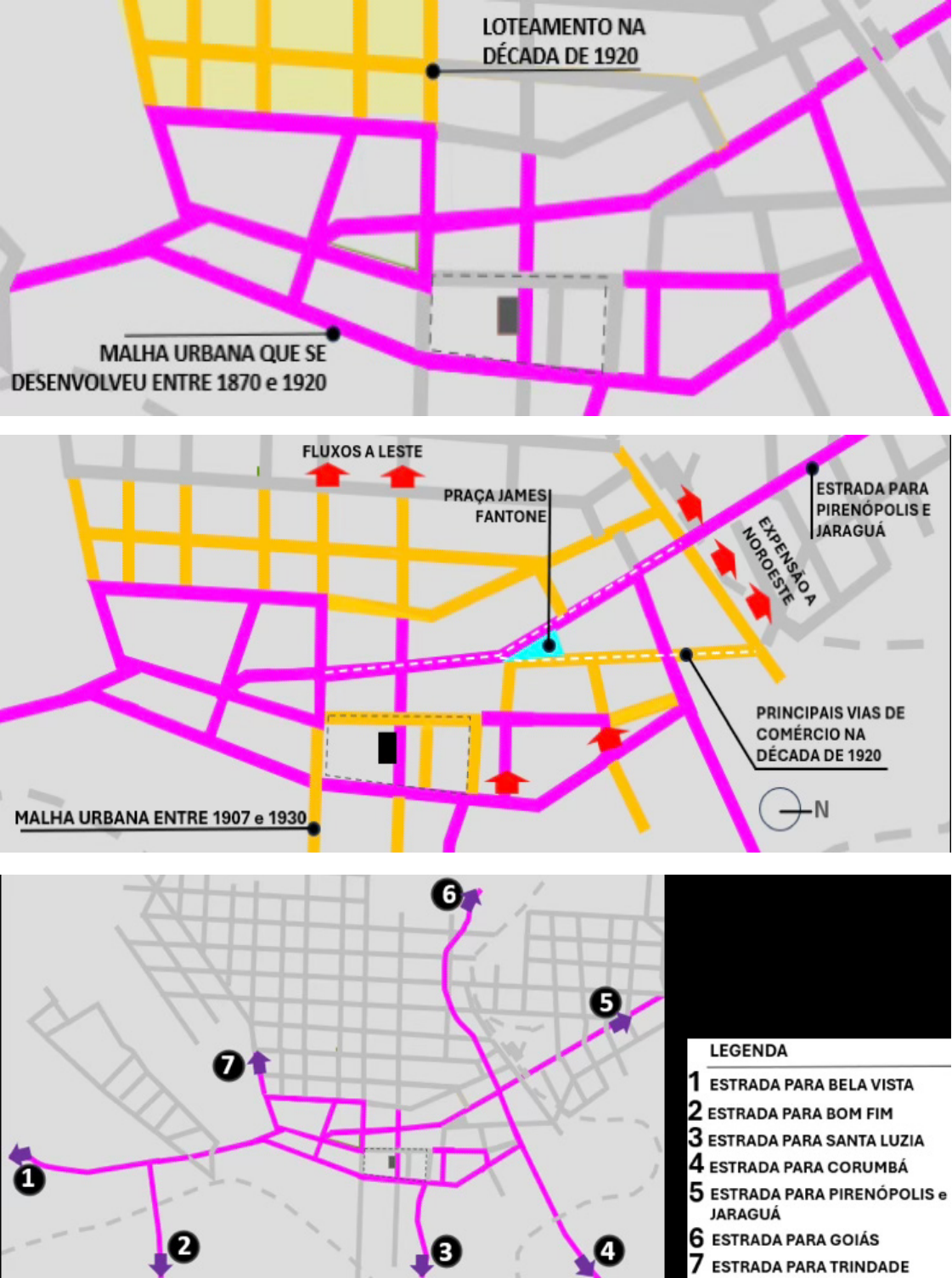
A Praça James Fanstone materializou a morfogênese de um processo formativo bem diferente da morfogênese e do processo formativo das cidades da mineração, cujo ponto focal era a Capela e o Largo de Santana. As novas vias, construídas pela Intendência Municipal, foram traçadas de modo a direcionar os fluxos para a praça e para as ruas de comércio, e por isso tendem a possuir aspectos geométricos mais regulares – ver Figura 5.

O Largo de Santana – que foi a morfogênese do período morfológico colonial, entre 1907 e 1930 –, foi seccionado por duas vias, tornando bastante evidente a intencionalidade de gerar fluxos e expansão urbana no sentido Leste-Oeste – ver Figura 5. Com essas mudanças, os novos prédios e equipamentos urbanos foram construídos em estilo Eclético, sendo demolida ou modificada a arquitetura colonial. Nesse período surgem os primeiros galpões de armazenagem.

Figuras 3 - (a) Farmácia Brasil, no largo de Santana (1916 – características coloniais); Fonte: Gonçalves (2021); (b) Casas Pernambucanas; (c) Cartão de apresentação da loja A Rainha da Barateza, onde se lê no canto superior esquerdo “estabelecimento fundado em 1912”; (d) os dois primeiros prédios a direita, são a Prefeitura Municipal e o Cine Aúrea; (e) Prédio do Hospital Evangélico; (f) e (g) Praça James Fanstone e ruas adjacentes. Todas essas edificações foram construídas em estilo eclético, substituindo as edificações anteriores em estilo colonial. Fonte: Museu Histórico “Aldérico Borges de Carvalho. Acervo Iconográfico, digitalizado.

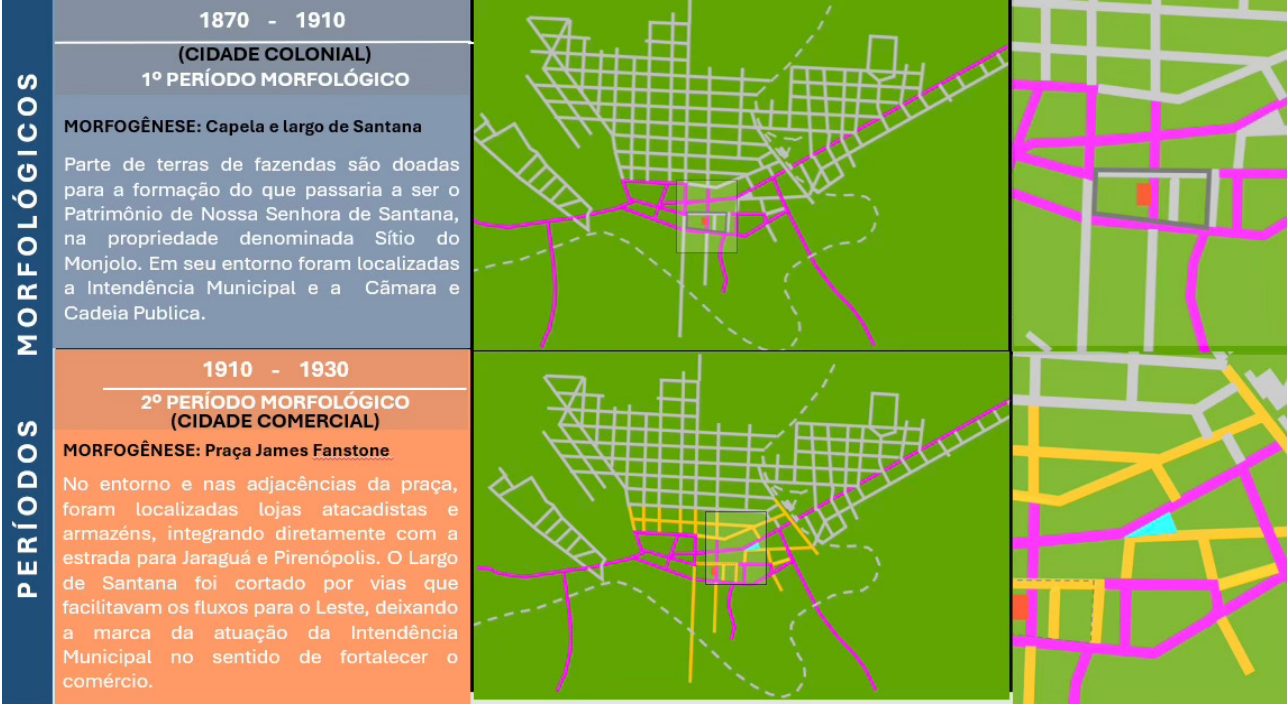


Figura 4 - em amarelo, loteamento feito pela Intendência Municipal na década de 1920, em traçado reticular. Fonte: elaboração dos autores. Figura 5 - Expansão do núcleo urbano de Anápolis, ocorrida nas duas primeiras décadas do século XX. Em amarelo, o loteamento conhecido como “condomínio da Intendência Municipal”. As setas identificam, a expansão urbana ocorrida a Leste e a Noroeste. Fonte: Vargas (2015). Figura 6 - Estradas de acesso a Anápolis durante a década de 1920. Fonte: Elaboraões dos autores.



Nesse contexto comercial, destacava-se na forma urbana a complementaridade entre as estradas de rodagem que foram construídas anteriormente, bem como as que foram construídas durante e após a era ferroviária. Antes de efetivamente iniciar a era ferroviária, a característica de entroncamento viário materializava em parte um horizonte de expectativas de progresso vindouro, já que desde 1909 a Estrada de Ferro Goiás estava em funcionamento interligando o sul de Goiás a Minas Gerais e São e São Paulo – ver Figura 6.

Com isso, ressalta-se que, embora precárias, por essas estradas instituiu-se, desde antes das estruturas ferroviárias, as dinâmicas urbanas de complementaridade – urbanidade comercial / urbanidade industrial – advindas do transporte rodoviário. Segundo Borges (1990) e Luz (2009), em 1904 o núcleo urbano de Anápolis contava com sete acessos, sendo eles: Estrada para Bonfim; Estrada para Bela Vista; Estrada para Trindade; Estrada para Goiás; Estrada para Jaraguá; Estrada para Corumbá e Estrada para Santa Luzia (ver Figura 6).



Conforme Luz (2009), bem antes da construção da ferrovia, já haviam sido implantadas infra-estruturas urbanas, que influenciaram inclusive no comando regional. Para França (1985), a era ferroviária iniciada em 1935, veio a comprovar o dinamismo econômico preexistente, principalmente no decorrer dos anos de 1920. Segundo a autora, em 14 de julho de 1935, a cidade consolidava em definitivo a posição de centro regional de comércio e prestação de serviços, ao ter os seus primeiros vagões carregando grãos de arroz e café até a conexão com a estrada de ferro da Mogiana.

A síntese dos períodos morfológicos colonial e comercial foi condensada na Figura 7. Esses dois períodos morfológicos podem ser vistos distintos claramente, possuindo distintas morfogêneses. Porém, analisando as “duas cidades” – a do antes e do depois da ferrovia –, como partes de um único palimpsesto urbano, convergimos a estratégia metodológica à epistemológica.

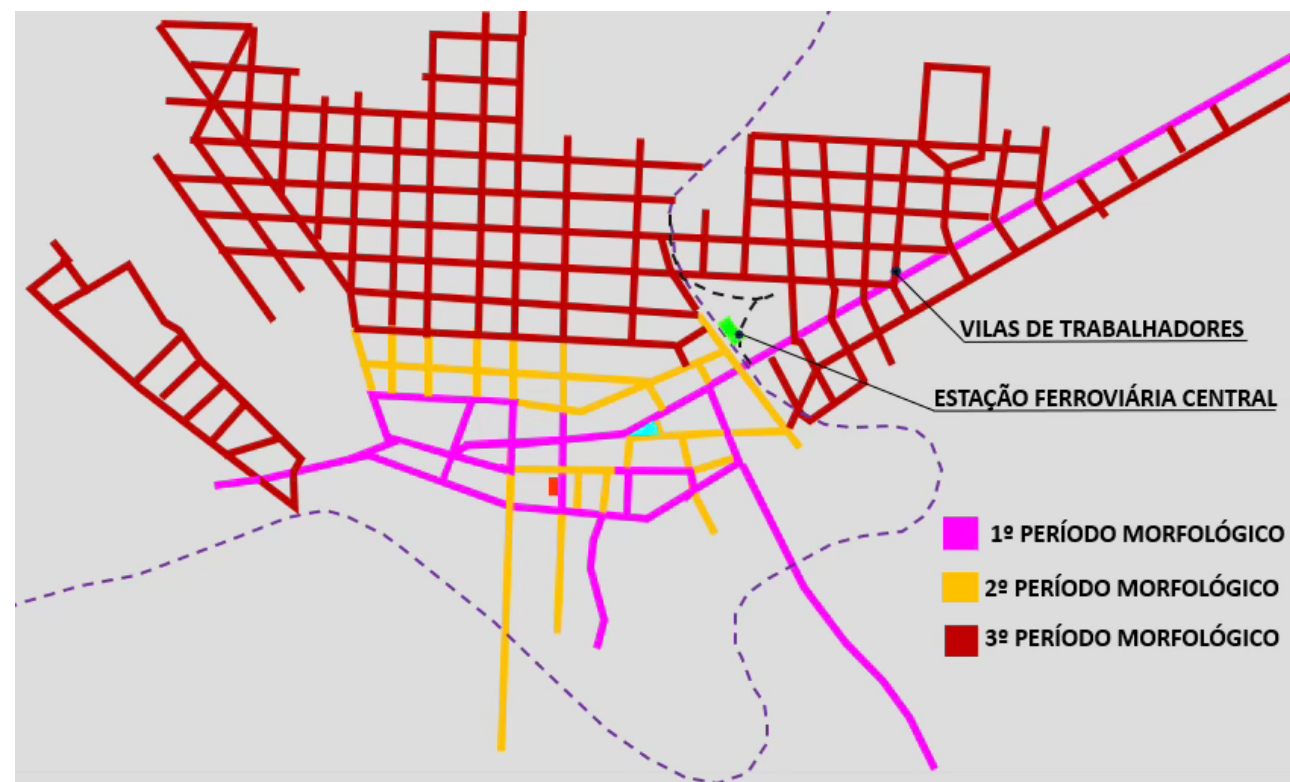
Assim, a compreensão da dinamização urbana anterior à construção da ferrovia na cidade, deverá também ser levada em conta na análise sobre o patrimônio industrial, compondo a materialidade da distinção ontológica patrimonial – no sentido de superar as tautologias decorrentes de correlações causa-efeito, entre a ideologia do progresso e o patrimônio industrial.

Postula-se com isso que essa análise dos processos formativos contribui metodologicamente para uma compreensão de como delinear, em âmbito local, a contingencialidade temporal sobre a abstração do conceito de patrimônio. Afinal, como diz Gonçalves (2007, p. 341) “o fato de estarmos lidando com uma categoria universal – e, nesse sentido, presente em toda e qualquer coletividade humana – não nos exime absolutamente de qualificá-la em termos culturais e históricos”.

Nesse sentido, a materialidade de um “progresso” passível de ser preservado, não estaria apenas nos bens patrimoniais excepcionais. A seguir, delineiam-se possíveis convergências em um período morfológico posterior, no sentido de possibilitar uma análise mais expansiva sobre o patrimônio industrial, em Anápolis, tendo como ponto de convergência o que denominamos de Vilas de trabalhadores.

Figura 7 - Períodos morfológicos entre 1870 / 1910 e 1910 / 1930 tendo como morfogêneses, no primeiro a Capela e Largo de Santana, e no segundo a Praça James Fanstone. Fonte: Elaboração dos autores.





### As vilas de trabalhadores como convergência para uma análise das dinâmicas expansivas do urbano, entre o comercial e industrial

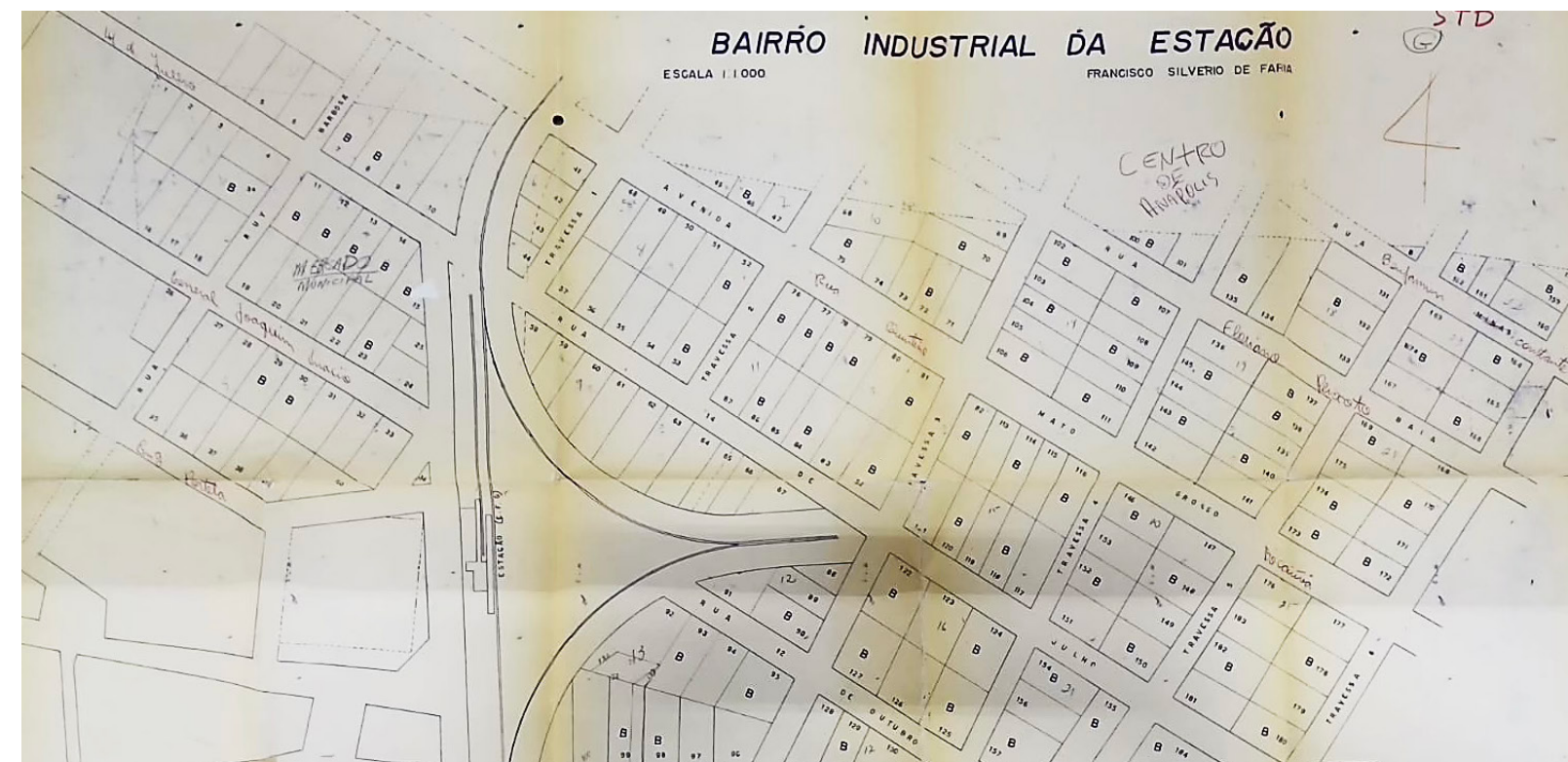
A inauguração da estação ferroviária Central e das Vilas de trabalhadores consolidou um novo conjunto urbano diversificado, criando um palimpsesto que integra formas urbanas dos períodos anteriores e posteriores. Através da análise morfogenética (Conzen, 2009), é possível identificar o processo de urbanização e a interação entre as funções comercial e industrial.

Isso amplia a caracterização do patrimônio industrial, delimita o terceiro período morfológico da cidade, e reforça uma convergência ontológica mais ampla, alinhando-se ao que Gonçalves (2007) define como “fundamentos ontológicos” do patrimônio. A inauguração da estação ferroviária Central é identificada como morfogênese (Conzen, 2009) do terceiro período morfológico. Esse marco inicia a era ferroviária, consolidada a partir de 1935.

Conforme Silva (2014: 50) as mudanças ocorridas nesse período além de terem sido em grande quantidade, ocorreram muito rapidamente: “Em 1937 minha família residia em Bonfim (Silvânia). Vim a Anápolis, passar as férias de verão. Fiquei boquiaberta ante o prédio de cinco andares que estava sendo construído por James Fanstone.” (Ferreira, 1981, p. 191 – *apud* Idem: 139).

O autor destaca a urbanização com vias retilíneas e o conjunto arquitetônico como “pontos coloridos em um quadro em preto e branco”. E que até o final dos anos 1950, a ferrovia já não atendia às demandas econômicas locais. No entanto, a análise do patrimônio industrial mostra que a morfogênese desse período é mais ampla quando se incluem as Vilas dos trabalhadores e a estação ferroviária Central.

E foi precisamente os desenhos em formato de grelhas das Vilas de trabalhadores que agregaram essa característica retilínea ao tecido urbano, caracterizando de forma mais ampla que os dois períodos anteriores, o terceiro período morfológico. As Vilas dos trabalhadores como parte da morfogênese, juntamente com a estação ferroviária



Central, nos permitem pensar o patrimônio industrial em Anápolis de modo mais abrangente.

O traçado em grelha das Vilas de trabalhadores incorporou ao tecido urbano a organização retilínea que se tornou marco distintivo do terceiro período morfológico, contrastando nitidamente com as fases anteriores. Essas Vilas, enquanto elementos morfogenéticos articulados à estação ferroviária Central, possibilitam uma compreensão ampliada do patrimônio industrial anapolino – ver Figura 8.

Esta análise transcende, sem negar, as interpretações que enfatizam as ‘representações sociais’ de progresso (Vargas, 2015) ou a unidade paisagística (Calaça junior, 2023), propondo uma leitura integrada que articula: a materialidade dos elementos urbanos, como expressão territorial, revelando como a morfologia urbana codifica múltiplas camadas de significado histórico.

Assim, o patrimônio é entendido não apenas como símbolo de modernização, mas como parte de uma transformação urbana complexa. Essa perspectiva permite uma leitura mais abrangente da história e da morfologia da cidade, identificando o patrimônio industrial na contingência histórica. Possibilita superar visões reducionistas ao deslocar o patrimônio da condição de “símbolo” para agente ativo na transformação urbana,

A Investigação em pesquisa documental complementar no Arquivo Público Municipal, revelou que a primeira Vila de trabalhadores de Anápolis, localizada no entorno leste da estação ferroviária Central, teve seu projeto elaborado em 1933 – dois anos antes da inauguração da estação (1935).

Essa precedência cronológica do projeto, evidencia a articulação entre habitação de trabalhadores e infraestrutura ferroviária, confirmando a premissa morfogenética (Conzen, 2009) de que grandes obras estruturadoras condicionam a formação de padrões urbanos.

Assim, durante as décadas de 1930 e 1940, juntamente com galpões de beneficiamento e armazenagem de grãos, e também novos equipamentos urbanos que foram sendo



construídos, as Vilas de trabalhadores irão caracterizar esse período morfológico, materializando os fundamentos ontológicos (Gonçalves, 2007) para uma análise prévia sobre o patrimônio industrial de Anápolis.

Como locais destinados a trabalhadores urbanos, nessas Vilas teríamos uma das maiores “ressonâncias” (Gonçalves, 2007) relacionadas à valorização do patrimônio industrial. Essa forma de valorização é pertinente porque nos permite ver que as Vilas não são meros conjuntos habitacionais, mas artefatos que condensam relações de trabalho e modos de vida operária em um ideário industrial de modernização.

Sua “ressonância” advém da capacidade de ativar, no observador contemporâneo, a memória coletiva sobre industrialização, urbanização e hierarquias sociais. Como Greenblatt (1991: 42-56 *apud* Gonçalves, 2007: 246) destaca, essa ressonância ocorre quando o objeto “atinge um universo mais amplo” – no caso, ao conectar a materialidade das Vilas a narrativas sobre lutas trabalhistas, identidade local e processos de exclusão espacial.

Com isso, a menção às “Vilas” nas denominações dos loteamentos não indica apenas a popularização do termo. Mesmo que não possuam vinculação direta com as fábricas, essa correlação permanece válida, porque o perfil socioeconômico dos seus moradores é similar aos trabalhadores industriais. Ou seja, as Vilas Operárias atendiam a estratégias específicas de suas fábricas, as demais Vilas atendiam amplitude maior de industrialização.

Em Anápolis, como observam Calaça Junior (2023), Alves júnior (2020) e Bernardes *et al* (2016), existem duas Vilas Operárias interligadas à fábricas: a Vila Fabril e a Vila Jaiara. Datando de 1951 o *Guia Prático da cidade de Anápolis* registra que até essa data, pelo menos cinco loteamentos haviam sido aprovados com o nome de “Vilas”, durante a década de 1940. São eles: Vila Brasil, Vila Jayara, Vila Santa Isabel, Vila Santa Terezinha, Vila São Jorge. Ver Figuras 10.

Em um levantamento mais completo, Souza (2018) identifica que, contendo o nome de “Vila” acompanhado de um topônimo, houve quatro loteamentos aprovados na década de 1940, vinte e um na década de 1950, cinco na década de 1960, quatro na década de 1970, quinze na década de 1980, dois na década de 1990, e dois a partir dos anos 2000, totalizando 53 loteamentos identificados por “Vilas”.

Haja vista que o objetivo da autora do levantamento era identificar e analisar o significado dos topônimos, ela não fez qualquer menção sobre a significação da denominação “Vilas”. Entretanto, consideramos oportuno observar que nesse contexto de dinamização econômica, “Vilas” destinavam-se a identificar os locais destinados a moradia dos trabalhadores – fossem eles do comércio ou da indústria –, consolidam o terceiro período morfológico como ampla “distinção ontológica” (Gonçalves, 2007) do patrimônio industrial.

O autor designa o termo “distinção ontológica” no âmbito da discussão sobre quais são as vantagens de se reivindicar ou de se ter um patrimônio. Mostrando as ambiguidades, contradições e paradoxos que podem ser inerentes a essa discussão, ressalta que valor patrimonial não deve ser confundido com valor de mercado (p. 242), devido ao risco possível de sua banalização e inflacionamento.

Se por um lado a referida discussão serve para distinguir o patrimônio de sua banalização, ela também serve para pensar sobre a sua preservação diante de processos de gentrificação, como veremos em seguida, quanto a Vila Industrial do Jundiá.



Figuras 10 - (a) localização das Vilas Jaiara e Fabril, duas vilas operárias diretamente ligadas às fábricas. Fonte: Elaboração dos autores; (b) localização das Vilas Santa Terezinha, Brasil, São Jorge, Jaiara e Santa Isabel. Fonte: Instituto Jan Magalinsky.

### O patrimônio industrial na amplitude das paisagens urbanas: *looping* de um “futuro passado”

Como mostram Calaça Junior (2023) e Alves júnior (2020), a Vila Industrial do Jundiá está atualmente sendo ameaçada de desaparecimento, devido a ameaça de gentrificação que vem sofrendo. Isso decorreria da falta de preservação do patrimônio industrial na cidade. Nesse sentido, caberia aqui indagar se isso significa perda da amplitude e da pertinência à sua morfogenese e a um determinado morfológico.

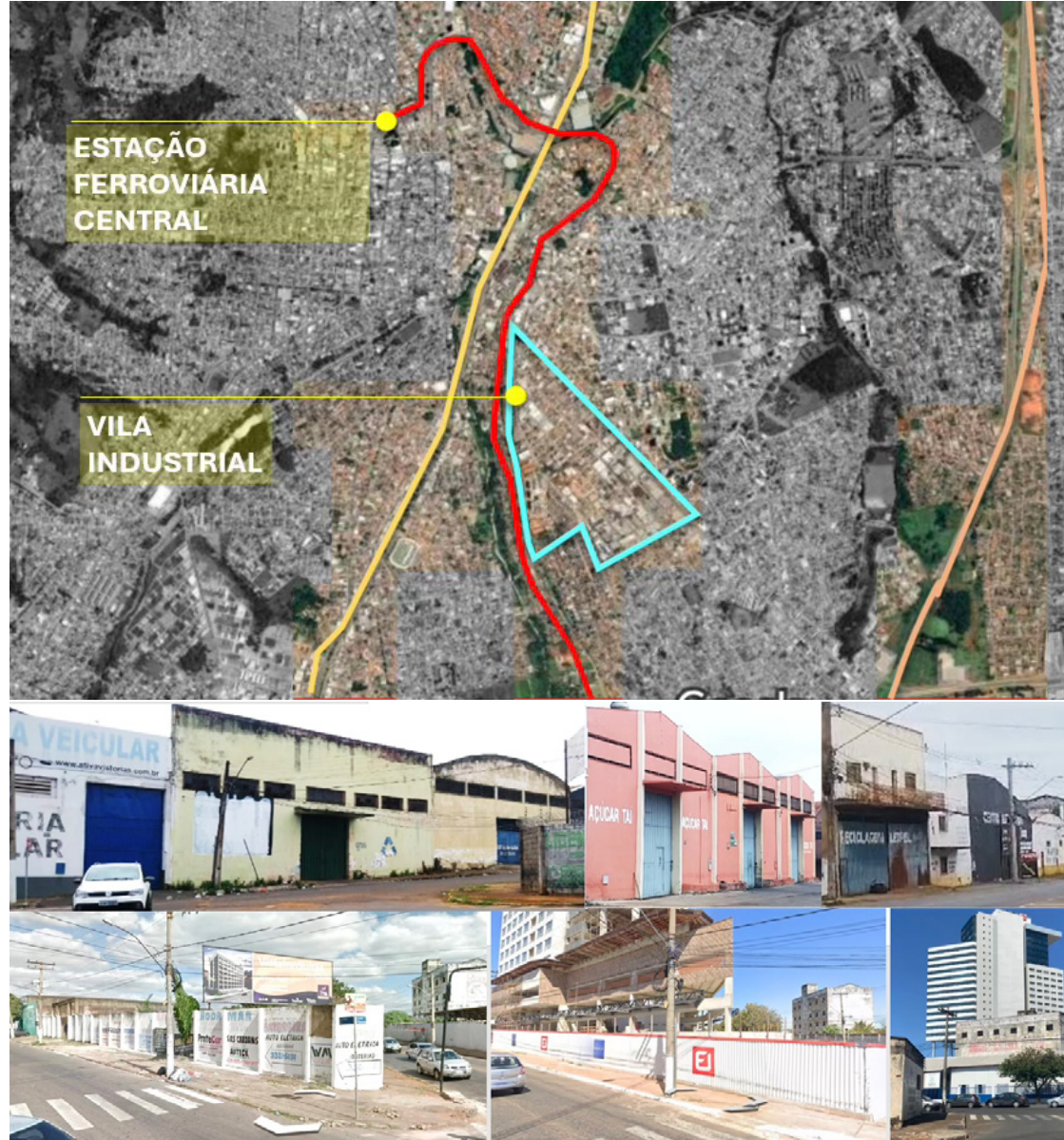
Pois em uma análise histórica, cujo ponto de partida seja o aprofundamento do estudo sobre uma determinada morfogenese, a “distinção ontológica” que o seu período morfológico possui pode contribuir com possíveis distensões no processo de patrimonialização, na medida em que trata o objeto patrimonial na sua amplitude, e não na sua excepcionalidade.

Vimos que o patrimônio industrial em Anápolis, muito embora o seu processo de patrimonialização acarrete as tensões mencionadas, não está restrito ao caso específico da Vila Industrial e das vilas operárias destinadas às indústrias. Está outrossim, mais propício a ser analisado em sua materialidade, na moradia dos trabalhadores como um todo.

Desse modo, ampliou-se a compreensão de que o patrimônio industrial está abrangentemente impregnado na cidade, conformando paisagens urbanas, espargindo-se no território. Por outro lado, como no caso observado por Calaça Junior (2023) quanto à Vila Industrial – ver localização na Figura 11a –, podem ocorrer tensões entre suas partes e a totalidade da paisagem, tornando-se passíveis de análise conjuntural.



Figuras 11 - (a) Localização da Vila Industrial em relação à estação ferroviária Central; (b), (c) e (d) galpões para armazenagem de produtos industriais ou de funcionamento de industriais, na Vila Industrial; (e), (F) e (G) fotos mostrando um edifício comercial de múltiplos pavimentos construídos em um terreno e ao lado de um antigo moinho industrial. Fonte: Google Earth.



Na análise de Calaça Junior (2023, p. 143) sobre a “gentrificação” da Vila Industrial, o autor demonstra bases suficientes para o seu prognóstico: preservar seu acervo é essencial, integrando-o à atualidade pelo governo municipal, sem priorizar o econômico sobre a história, pois “o futuro do bairro aponta para verticalização, gentrificação e mudança de perfil”.

Diz o autor sobre a construção de um desses edifícios em relação ao entorno:

observe-se a diferença de dimensões entre o Moinho e o Genesis Office, bem como a materialidade de ambos edifícios, o edifício novo convivendo com o antigo, de modo que não há respeito pela pré-existência – devido à sua dimensão e proximidade, contribuindo para que o edifício antigo praticamente desapareça na paisagem (Idem, p. 98).

Por isso que, olhando por esse ângulo de análise, esse patrimônio industrial sofre do mesmo paradoxo ontológico observado por Gonçalves (2007, p. 243). Ou seja, “há um esforço constante e sempre precário de manter os objetos classificados como “patrimônio” fora do alcance da contaminação que o mercado possa desencadear. Mas, paradoxalmente, esses objetos são, enquanto patrimônio, um efeito mesmo do mercado”.

No caso da paisagem industrial, o mercado ameaça, por meio das gentrificações, a sua preservação enquanto patrimônio. Dizem Calaça Junior e Oliveira (2022): “nota-se que

há uma fragilidade na preservação do acervo patrimonial em Anápolis, havendo um grande atraso na preocupação com esses bens históricos bem como precariedade na conservação e aplicabilidade de uso às edificações tombadas”.

Porém, como explica Gonçalves, a estabilidade ou instabilidade em preservar ou não preservar, não decorre de uma simples presença/ausência do Estado. É decorrente do paradoxo do mercado: na forte presença deste, “desestabiliza-se uma forma de se perceber o patrimônio como algo organicamente ligado à história e à identidade nacional e supostamente articulado em contraposição ontológica ao mercado” (Idem: 244).

Calaça e Oliveira (2022), identificam uma outra condição que conduz ao desinteresse pela preservação da paisagem industrial em Anápolis, como patrimônio. Nesse caso, retoma-se ao imaginário de progresso muito onipresente nas suas contingências urbanas, pois: “muito disso se deve ao imaginário urbano ligado ao progresso advindo da modernidade, que a população da cidade carrega desde as décadas de desenvolvimento (1930-1970) até a atualidade.

Como se pode ver, essa forte ligação a uma ideia de “futuro passado”, ou seja, de um imaginário urbano ligado ao progresso, produz uma espécie de *looping*. Pois, atrelados, passado e futuro prolongam-se em extenso presenteísmo, onde o futuro nem está no futuro, nem está no passado.

Esfacelando-se como uma espécie de futuro fantasmagórico, essa memória do futuro vem a perturbar os interesses de sua preservação enquanto patrimônio cultural. Dizem Calaça e Oliveira (2022) que esse imaginário permeia também o poder público: o imaginário mencionado ocasiona também a falta de interesse do poder público em preservar a história do município. (Calaça e Oliveira, 2022).

O imaginário sobre a ideia de um progresso fantasmagórico, que permeia tanto a população em geral, quanto o poder público, o *looping* de um “futuro passado”, a nosso ver, expressa bem mais do que um “desapego ao passado”. Postulamos que esses paradoxos não anulam uma análise sobre os limiares ontológicos do patrimônio industrial em Anápolis. Antes disso, eles remetem a uma ontologia do patrimônio.

Nesse caso, continuamos em consonância com Gonçalves (2007, p. 246), para quem os distanciamentos ontológicos dos objetos patrimoniais, tem muito a ver com o processo de abstração a eles impostos, no decorrer dos processos de patrimonialização:

No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história, tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. Essa eliminação da ambiguidade e da precariedade dos patrimônios culturais pode colocar em risco o seu poder de ressonância, seu poder de “evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram”. No entanto, paradoxalmente, esta é uma das condições para que eles venham a ser reconhecidos como patrimônios.

Ou seja, uma análise mais acurada das morfogêneses e seus períodos morfológicos contribuem para desvelar, nos seus palimpsestos, as suas dimensões ontológicas, no conjunto contingencial de informações obtidas. Nesse caso, observa-se que o estudo



da Vila Industrial indica o surgimento ou a pré-existências de outras “vilas”, como um fato crucial na história da urbanização de Anápolis.

Crucial, porque, nesse período, como vimos, o conjunto urbano era formado preponderantemente por Vilas. Então, por meio do estudo morfogenético sobre as conexões entre a “cidade” e as suas “Vilas”, desvelamos outras camadas desse palimpsesto. A partir destas nos interessa dialogar sobre, com quais contingências históricas podemos contar, para um necessário estranhamento metodológico, a respeito da conexão entre cidade, “progresso” e industrialização, como pressupostos patrimoniais em suas formas urbanas.

### **Sobre patrimônio industrial na cidade de Anápolis: limiares de uma “distinção ontológica”**

Pretendeu-se, no presente texto, tecer noções ou princípios básicos – metodológicos e epistemológicos – para um estudo sobre patrimônio industrial na cidade de Anápolis (GO). Como diz Gonçalves (2007, p. 240), o patrimônio enquanto categoria de análise, carece de limites ou de uma “distinção ontológica”. Isso ocorre, segundo o autor, porque o fato de estarmos lidando com uma categoria universal – e, nesse sentido, presente em toda e qualquer coletividade humana – não nos exime absolutamente de qualificá-la em termos culturais e históricos.

Para Cox (2000), toda categoria de análise possui um ponto de partida ontológico. Porque a ontologia deriva de uma experiência histórica, entendendo-se que o fazer teórico está posicionado sobre as contingências, e a compreensão destas, delimita ou influencia as perspectivas. Nesse sentido, enquanto categoria de análise, o patrimônio nos conduz a uma compreensão empírica dos seus atributos temporais, como na teoria da história denominou-se “futuro passado” (Koselleck, 2006, p. 185).

A análise teórica de Koselleck sobre o tempo histórico, é muito importante para se compreender as mudanças que a modernidade e industrialização acarretou a partir da Europa, irradiando para todo o mundo. Porque essas mudanças operaram cisões e transformações muito amplas, abrangendo as tecnologias, as ideologias, as leis, as formas urbanas e até os costumes cotidianos.

No Brasil, e também em Anápolis, a incorporação da ideia de progresso nessa amplitude espaço-temporal, tornou-se um epítome de tais mudanças. No caso da análise sobre o patrimônio industrial em Anápolis, compreender o alcance multidimensional desse epítome é basilar para uma compreensão sobre o que a distingue ontologicamente. Isso implica em compreender como distintas, as temporalidades que se materializam em objetos e paisagens que são ou poderão ser considerados patrimônio.

Ou seja, através dos “rastros” do progresso materializado no denominado patrimônio industrial, identificar as distinções entre o universal e o contingente. Nesse limiar, presumimos compreender as distinções necessárias para identificarmos suas características nas distintas morfogêneses e períodos morfológicos, porque materializam tal contingencialidade.

Koselleck (2006) argumenta que a noção de progresso é uma construção histórica carregada de intencionalidades políticas e ideológicas, muitas vezes utilizada para legitimar ações do presente em nome de um futuro idealizado. Porém, esse futuro idealizado também se torna passado. Porque uma determinada idealização pode ser deslocada de seu lugar futuro ao um lugar passado, à medida em que os espaços de experiência se deslocarem.

Essas possibilidades de análises sobre o patrimônio são postas dessa forma, em direção aos limiares do ontológico e do ético, porque concordamos com Gonçalves (2007) que diz ser extremamente necessárias atualmente, esse tipo de reflexões.

### **Considerações**

Portanto, o que se ressalta como necessário para uma análise prévia sobre o patrimônio industrial na cidade de Anápolis, no presente texto, é que abrindo-se o leque de possibilidades de análises, por meio do estudo da forma urbana temos ferramentas metodológicas e epistemológicas. Formam assim prolegômenos que nos conduzem a questões mais amplas, pelas quais, o estudo da cidade nos possibilita contribuir, também, para a construção de uma epistemologia do urbano.

### **Referências**

ALVES JÚNIOR, Osvaldo Lino. *Da gênese ao genesis: Transformações e Permanências no território da Vila Industrial Jundiá, em Anápolis (GO)*. 2020. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades Território e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Universidade Estadual de Goiás: Anápolis.

ARMANI. Carlos Henrique. A história intelectual e a virada ontológica na antropologia. *Revista História: Debates e Tendências* (Online), vol. 20, núm. 1, pp. 36-52, 2020. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/5524/552464578004/html/>. Acesso em março de 2025.

BERNARDES, G. D.; TAVARES, G. G.; DE MORAIS SILVA, J. B.; SILVA, S. D. e. “Um pedacinho de outrora...”: memória de trabalhadores da Vila Fabril em Anápolis, Goiás (1950 – 1970). *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 18, n. 2, 2016. DOI: 10.5216/sec.v18i2.42428. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/42428>. Acesso em: 9 mar. 2025.

BORGES, B.G. *O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais, 1909-1922*. Cegraf, UFG. Goiânia, 1990.

CALAÇA JÚNIOR, Mário Pinto. *Paisagem e patrimônio: O caso da Vila Industrial em Anápolis-GO*. 2023. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade: Goiânia.

CALAÇA, Mário; OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. Patrimônio e plano diretor: as perspectivas para o patrimônio histórico em Anápolis/GO. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo|Paranoá*.

CASTRO, Joana D’arc Bardella. *O desenvolvimento industrial de Anápolis*. O Centenário, AEE, 2005.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade / UNESP, 2001.

CONZEN, M. R. G. (2009). *As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada*. In L. B. Castriota (Org.). Paisagem cultural e sustentabilidade (Trad. S. A. Pereira Costa). Belo Horizonte: Editora UFMG.



COSTA, Ana Maria da. Representação social e participação social: conceitos sinônimos? *Arquitextos* 077.06 - ano 07, out. 2006. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.077/311>. Acesso em março de 2025.

COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2017. 32Jan/jun de 2022. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/41718/32710>

Costa, S. de A. P; Netto, M. M. G. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. (Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte). 2015.

COX, ROBERT. *Rumo a uma Conceituação Pós-hegemônica da Ordem Mundial: Reflexões sobre a Relevância de Ibn Kaldun*, in J. N. Rosenau e E-O Czempiel (orgs.). In *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial* Brasília, Editora da UnB.

CUNHA, Wânia. Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia Anapolina a partir de 1990. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia.

FERNANDES, Rodrigo Spectrow. *O processo de modernização de Anápolis e as atividades do grupo Pina (1930-1960)*. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis.

FERREIRA, Haydée Jayme. Anápolis: sua vida, seu povo. Brasília: Senado Federal, 1981.

FRANÇA, Maria de Souza. *Terra, trabalho e história: a expansão agrícola no "Mato Grosso" de Goiás – 1930/55*. 1985. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

FREITAS, Alexandre de. O estilo Art déco em São José do Rio Preto-SP. *Revista Científica Unilago*. V. 1 n. 1 (2020): Edição 2020. Disponível em <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/358>

FREITAS, Rivalino Antônio de. *Anápolis – Passado e Presente*. Anápolis: Voga, 1995. GONÇALVES, Claudiomir Justino; Anápolis no fluir dos anos, Vol. I (1798-1951). Goiânia: Kelps, 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, Reginaldo. *Os limites do patrimônio*. In *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. (Orgs) LIMA FILHO M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. Blumenau: Nova Letra, 2007.

GREENBLATT, Stephen. *Ressonance and wonder*. In: KARP, Ivan & LAVINE, Steven D. (Eds.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display* Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

GUATELLI, Igor. O sentido que falta e o prelúdio a um pensamento do devir. Entre Barthes, Derrida e Koolhaas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 242.06, Vitruvius, jul. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.242/7823>>.

KOSELLECK Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto: Ed. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

KOSSA, Pablo. *O marco de um novo Goiás: 30 anos de DAIA*. Goiânia: Contato e Comunicação, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. *Cultura Material: A dimensão concreta das relações sociais*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan. /abr. 2011.

LUZ, Janes Socorro da. *A (re)produção do espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

MACHADO, Hamilton. *Imagens do comercio anapolino no jornal "O ANÁPOLIS" (1930-1960): a construção da Manchester Goiana*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

MENDONÇA, Massila Lopes Dias de. *O processo de transformação da Paisagem Urbana em Goiás: das Cidades Coloniais do século XVIII às cidades Ferroviárias do Século XX*. In: COELHO, Gustavo Neiva (org) *Ferrovia 150 anos de arquitetura e história*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004. p. 217.

MENEGUELLO, Cristina; RUBINO, Silvana. *Preservação do patrimônio industrial no Brasil*. [Entrevista concedida a] Maria Cristina Schicchi. I Encontro em Patrimônio Industrial, São Paulo, 2005. p. 124-13.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

NUNES, Heliane Prudente. *A era rodoviária em Goiás: impacto na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. Tese de Mestrado, UFG, 1984.

POLLI, Gislei Mocelin; KUHNEN, Ariane. Possibilidades de uso da teoria das representações sociais para os estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, v.16, n°1, jan-abr, p. 57-64, 2011.

POLONIAL, Juscelino Martins. *Anápolis nos tempos da ferrovia*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, 14p.

SILVA CAIXETA, Ana Carolina. *Do edifício histórico ao espaço urbano: Um estudo sobre a estação ferroviária no centro pioneiro de anápolis-go*. 2019. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis.

SILVA, Ana Caroline Caixeta; VALVA, Milena D'ayala. A modernização da cidade de Anápolis (GO) e a repercussão no seu Centro Pioneiro. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.12, n.22, Jan/Jun, 2020. Disponível em [periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria](https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria). Acesso em março de 2025.



SILVA, José Fábio da. *O progresso como categoria de entendimento histórico: um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-GO (1930-1957)*. 2014, 178fls. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

SILVA, Margarida do Amaral. *Patrimonialização cultural em Anápolis: identidade e memória sob telhas e sobre trilhos*. Revista Anápolis Digital. Anápolis. v.1 n° 1, 2010. Disponível em <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2011/04/patrimonializacao-cultural-em-anapolis-identidade-e-memoria-sob-telhas-e-sobre-trilhos.pdf>. Acesso em dez, 2014.

SILVA, Zeneide Josefa da. *A retirada dos trilhos da cidade de Anápolis (1976)*. 2005, 36fls. Monografia (Graduação) Faculdade de História. Uni-Evangélica. Anápolis.

SOLAMORALES, I. *Práticas teóricas, práticas históricas e práticas arquitetônicas*. In: *Inscripciones*. Barcelona: Gustavo Gili. Available at: <<https://bit.ly/3VqQpCm>>.

SOLÀMORALES, M. *De cosas urbanas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SOLÀMORALES, M. *De cosas urbanas*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

SOLÀMORALES, M. *Diferencias*. Barcelona, Gustavo Gili, 2003.

SOLÀMORALES, M.. *Diferencias*. Barcelona, Gustavo Gili, 2003.

SOUZA, Larissa Ferreira de. *A presença da religiosidade na toponímia: Um estudo interdisciplinar sobre os bairros de Anápolis (GO)*. 2018. Dissertação de mestrado. TECCER/UEG. Anápolis.

VARGAS, L. G. e MELLO, M. M. A utilização de ornamentos do movimento art déco, em fachadas na cidade de Anápolis, GO. v. 1 n. 1 (2014): *Seminário Internacional de Arquitetura, Tecnologia e Projeto. Forma Urbana: Rupturas e Continuidades*. Disponível em <https://www.anais.ueg.br/index.php/siarq/article/view/4657>

VARGAS, L. G. V.; COSTA, L. G. R. Art deco e fachadas: signos do centro histórico de Anápolis. 2016. *VII Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente – Anais Eletrônicos* (ISSN: 2179-5193) PPSTMA – UniEVANGÉLICA.

VARGAS, Lucas Gabriel Côrrea. *Representações sociais do progresso: uma perspectiva a partir da chegada da estrada de ferro em Anápolis, GO*. 2015. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação Projeto e Cidade. Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

WHITEHAND, J. W. Morfologia urbana Britânica: a tradição Conzeniana. 2013. Revista de Morfologia Urbana, 1(1), 45-52.

ZERBETTO, Andrea. Inflação patrimonial: o complexo de Noé da contemporaneidade e as ilusões de eternidade. *Arquitextos* 087.03 - ano 08, ago. 2007. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/218>. Acesso em março de 2025.